



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Contadoria

Caderno de Prova, Cargo 05, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.

Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

ordine geometrico demonstrata – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
- (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
- (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
- (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
- (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.

2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:

- (A) (linhas 13 a 16) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
- (B) (linhas 3 a 6) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
- (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
- (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
- (E) (linha 2 e 3) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*

3. É correto afirmar:

- (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
- (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
- (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
- (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
- (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só e mas também*, e exprime idéia de alternância.

4. *Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) A conjunção *Ora* estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”.
- (B) A locução verbal *queira eliminar* expressa um fato considerado em sua efetiva realização.
- (C) A forma verbal *desafiando* expressa noção de “tempo”.
- (D) A expressão *por mais que se queira* pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.
- (E) A expressão *previsão “científica”* é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.

<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(D) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica está para os deveres éticos, assim como a sujeição está para a ação.</i></p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como o patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamado à ação humana como espécie.</p>
<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>	<p>10. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.</p> <p>II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.</p> <p>III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.</p> <p>O texto abona SOMENTE</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>

Instruções: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século*
XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a
promessa de uma nova sociedade pareciam dividir
nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da
5 *liberdade e do progresso social, permitindo aos*
revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na
força emancipatória da aliança entre o intelectual educador
e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da
realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces
10 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação*
e domínio emersas das próprias revoluções democráticas,
detectando um problema central para aqueles que ainda
hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que
ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária
15 *podem se ampliar e ter efetividade em um universo*
impregnado – e decodificado – pela cultura do
individualismo e da competição.

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

11. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora
- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
- (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
- (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
- (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
- (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

12. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, **a saber**, até que ponto...”.

13. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*

No fragmento acima, sempre considerado o contexto,

- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.

14. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:

- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*

15. Transpondo a frase *os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social* para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:
- (A) parecia ser dividido.
(B) pareciam ter sido divididos.
(C) tinha sido dividido.
(D) tinha parecido dividir.
(E) pareciam dividirem.
16. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.
- O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:
- (A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.
- (B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.
- (C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.
- (D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.
- (E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.
17. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:
- (A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.
- (B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.
- (C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.
- (D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.
- (E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.
18. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:
- (A) Ao se estender esse vizez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.
- (B) Sua pretenção ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.
- (C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, adivinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.
- (D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por aí.
- (E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.

19. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.
- (B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.
- (C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.
- (D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.
- (E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.

20. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:

- (A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.
- (B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.
- (C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.
- (D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.
- (E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.

21. O Administrador Público ao observar que determinado servidor público deixou de desempenhar, reiteradamente, suas atribuições com dedicação, passando a ter comportamento desleixado, improdutivo e indiferente no cumprimento dos seus deveres, resolve instaurar processo disciplinar tendo em vista a violação do princípio da

- (A) publicidade.
- (B) eficiência.
- (C) continuidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) legalidade.

22. Considere as seguintes proposições:

- I. No ato administrativo discricionário, a competência pode ser transferida pela simples vontade dos agentes públicos interessados.
- II. O poder hierárquico conferido à Administração Pública relaciona-se com o requisito de validade do ato administrativo da competência.
- III. O motivo expresso como razão determinante do ato discricionário vincula a Administração Pública, de tal forma que, uma vez constatada a falsidade do motivo, o ato não será válido.
- IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta enquanto que a presunção de veracidade é relativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Considere as seguintes assertivas a respeito das responsabilidades:

- I. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- II. Não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo culposos, inclusive se resultar em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

<p>24. Sobre a modalidade de licitação leilão e, considerando a Lei nº 8.666/93, é INCORRETO asseverar que</p> <p>(A) é obrigatória não só a avaliação prévia de qualquer bem a ser leiloadado, para fixação do preço mínimo de arrematação, como também a ampla divulgação do edital de leilão, principalmente no município em que se realizará.</p> <p>(B) deve ser sempre confiado a leiloeiro oficial, vedada, em qualquer hipótese, sua realização por funcionário designado pela Administração.</p> <p>(C) constitui modalidade licitatória adequada à venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legamente apreendidos ou penhorados.</p> <p>(D) constitui modalidade licitatória adequada à alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.</p> <p>(E) os bens arrematados serão pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento), e o valor restante no prazo estipulado no edital de convocação, sob pena de perder em favor da Administração o valor já recolhido.</p>	<p>27. No que concerne aos direitos políticos, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) para concorrer a outros cargos, os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.</p> <p>(B) o militar com menos de dez anos de serviço alistável é elegível, mas será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.</p> <p>(C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.</p> <p>(D) os conscritos, durante o período militar obrigatório, poderão se alistar como eleitores.</p> <p>(E) dependendo do cargo para o qual o analfabeto estará concorrendo ele é alistável e elegível.</p>
<p>25. No que se refere aos prazos e situações deles decorrentes, nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, analise:</p> <p>I. Os interessados serão intimados de diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se a data, a hora e o local de sua realização.</p> <p>II. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser sucinto e emitido no prazo máximo de dez dias, improrrogáveis.</p> <p>III. O prazo para a interposição de qualquer recurso administrativo é de quinze dias, contado a partir da divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>IV. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados, no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior, podendo este, se for o caso, ser dilatado até o dobro.</p> <p>Nesses casos, APENAS são corretos:</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>	<p>28. Quanto ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar:</p> <p>(A) O Senado Federal escolherá um terço de seus membros.</p> <p>(B) Seus Ministros devem contar com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade.</p> <p>(C) Tem sede nos Estados e Territórios.</p> <p>(D) É integrado por onze Ministros.</p> <p>(E) Se constitui órgão auxiliar do Congresso Nacional.</p>
<p>26. A Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de</p> <p>(A) 12 anos</p> <p>(B) 14 anos</p> <p>(C) 16 anos</p> <p>(D) 18 anos</p> <p>(E) 21 anos</p>	<p>29. Dentre outros tributos, estão sujeitos ao princípio da anterioridade</p> <p>(A) a contribuição de melhoria e o imposto sobre a propriedade territorial rural.</p> <p>(B) os impostos sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito e seguros.</p> <p>(C) o imposto extraordinário na iminência de guerra externa e sobre importação.</p> <p>(D) a contribuição para a seguridade social, assegurada a noventena, e o imposto sobre exportação.</p> <p>(E) o imposto sobre operações relativas a valores mobiliários e o empréstimo compulsório para atender despesas de calamidade pública.</p> <p>30. É certo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico</p> <p>(A) não poderão ter alíquotas específicas, tendo por base a unidade de medida adotada.</p> <p>(B) não incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.</p> <p>(C) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos estrangeiros.</p> <p>(D) poderão ter alíquotas <i>ad valorem</i>, tendo por base o valor aduaneiro no caso de importação.</p> <p>(E) são instituídas por lei ordinária, sendo de competência comum de todos os entes da federação, em regra.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Cia. Constelar, nos últimos exercícios, vem atravessando sérias dificuldades financeiras em função de dois outros concorrentes terem se instalado na mesma região, disputando um mercado que anteriormente era somente seu, gerando, em seus acionistas, preocupação quanto à sobrevivência futura da empresa. Apesar desse fato o Diretor Presidente da empresa autoriza o reconhecimento após resultados de valores recebidos por serviços a serem executados no período seguinte.

Esse procedimento contraria o disposto no Princípio Contábil estabelecido pelas Normas Brasileiras da Contabilidade

- (A) da tempestividade.
- (B) do denominador monetário.
- (C) da materialidade.
- (D) da competência.
- (E) do custo como base de valor.

32. De acordo com a Lei nº 6.404/76, art. 183, os direitos classificados no Imobilizado devem ser avaliados pelo

- (A) valor líquido de realização, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor.
- (B) valor de mercado ou pela redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior.
- (C) custo de reposição ou pelo valor líquido de realização, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor.
- (D) valor presente líquido, comparado com o custo ou mercado dos dois o menor.
- (E) custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.

33. O pagamento de uma despesa qualquer é considerado um fato contábil

- (A) modificativo diminutivo.
- (B) permutativo.
- (C) misto diminutivo.
- (D) modificativo aumentativo.
- (E) misto aumentativo.

34. De acordo com a Lei nº 6.404/76, a operação pela qual uma companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, é denominada de

- (A) incorporação.
- (B) fusão.
- (C) cisão.
- (D) dissolução.
- (E) encampação.

35. Considere os dados abaixo:

Contas	Saldos (R\$)
Imóvel Fabril (em uso nas atividades).....	10.000
Estoques	6.000
Vendas	5.000
Ações de Coligadas	40.000
Caixa	8.000
Bancos Conta Movimento	50.000
Adiantamento a Coligadas	35.000
Fornecedores Locais.....	20.000
Fornecedores Estrangeiros	15.000

Com base nesses dados, o valor do Ativo Circulante, em R\$, é

- (A) 78.000
- (B) 75.000
- (C) 68.000
- (D) 64.000
- (E) 53.000

36. De acordo com a Lei nº 6.404/76, as debêntures, conforme dispuser a escritura de emissão,

- (A) devem ser de fruição desde que possua garantia real ou preferência real e não seja subordinada a credores.
- (B) poderão ter garantia real ou garantia flutuante, não gozar de preferência ou ser subordinada aos demais credores da companhia.
- (C) gozam de preferência na liquidação pelos acionistas preferenciais da companhia, desde que sejam de fruição.
- (D) poderão restringir a sua emissão, apenas por companhia integrante de grupo de sociedades, com exigência somente de garantia fixada pelo Banco Central.
- (E) devem ter sua emissão de competência privativa da Assembléia Geral, que deverá fixar os procedimentos, observado o que a respeito dispuser o estatuto.

37. No mês de abril/06 as operações com mercadorias, da empresa Solimões, eram as seguintes:

DATA	OPERAÇÃO	UNIDADES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	Estoque inicial	50	128,00	6.400,00
10/04/x1	Compra	100	146,00	14.600,00
15/04/x1	Venda	120	160,00	19.200,00
16/04/x1	Compra	60	168,00	10.080,00

Na apuração do resultado mensal, o “Custo das Mercadorias Vendidas” e o “Estoque Final” pelo método da média ponderada móvel seriam, respectivamente,

- (A) R\$ 16.620 e R\$ 14.460
- (B) R\$ 16.800 e R\$ 14.280
- (C) R\$ 17.160 e R\$ 13.920
- (D) R\$ 17.760 e R\$ 13.320
- (E) R\$ 18.160 e R\$ 13.450

38. Com relação aos Ativos Especiais, pode-se afirmar que
- (A) incluem apenas ativos para uso próprio.
- (B) representam ativos que não estão ligados a geração de receitas.
- (C) são constituídos somente de itens tangíveis.
- (D) podem ser constituídos por itens tangíveis e intangíveis.
- (E) representam gastos envolvidos com novos produtos.

Instruções: Considere as informações abaixo para responder as questões de número 39 e 40.

Os saldos finais das contas da Empresa Comercial Mundial, em 31.12.x1, eram os seguintes:

Itens	Valores (R\$)
Caixa	400
Capital Social	1.130
Contas a Pagar	1.000
Contas a Receber	2.000
Custo dos Produtos Vendidos	800
Depreciação Acumulada	120
Despesas Administrativas	350
Despesas de Vendas	550
Despesas Financeiras	850
Estoques	1.200
Financiamento Curto Prazo	1.350
Financiamento Longo Prazo	1.000
Fornecedores	1.100
Móveis e Utensílios	1.000
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	200
Terrenos	1.750
Vendas	3.000

39. Tomando com base os dados fornecidos, o valor total do Ativo não circulante, em R\$, é
- (A) 2.400,00
- (B) 2.430,00
- (C) 2.630,00
- (D) 3.400,00
- (E) 6.030,00

40. O valor do Resultado Bruto Operacional do Exercício é

- (A) Prejuízo R\$ 2.800,00
- (B) Prejuízo R\$ 1.850,00
- (C) Lucro R\$ 750,00
- (D) Lucro R\$ 1.400,00
- (E) Lucro R\$ 2.200,00

41. São considerados fatos compensatórios de ativo e passivo financeiros:

- (A) as operações compensadas do Balanço Patrimonial.
- (B) as operações extra-orçamentárias.
- (C) os valores em poder de terceiros.
- (D) as receitas e despesas orçamentárias.
- (E) as receitas orçamentárias e as despesas extra-orçamentárias.

42. Mediante confissão de dívida, o Governo do Estado realizou parcelamento, em 120 meses, de débitos relativos ao PASEP. Esse ato financeiro foi contabilizado
- (A) no passivo permanente.
- (B) no passivo financeiro.
- (C) no passivo compensado.
- (D) como mutação patrimonial passiva.
- (E) como fato independente da execução orçamentária – variação ativa.

43. Restos a Pagar

- (A) provêm do regime de caixa da despesa, integrando a dívida fluante.
- (B) advêm do regime de competência da despesa, compondo a dívida fundada.
- (C) subdividem-se em liquidados e processados.
- (D) decorrem do regime de competência da despesa, compondo a dívida fluante.
- (E) são despesas liquidadas e pagas no mesmo exercício de competência.

44. A lei orçamentária

- (A) não abrange entidades da Administração Indireta.
- (B) pode autorizar abertura de créditos suplementares até determinado limite percentual ou monetário.
- (C) pode autorizar ilimitada abertura de créditos suplementares.
- (D) admite emendas baseadas no corte de despesas de pessoal.
- (E) não precisa, necessariamente, sujeitar-se ao princípio da anualidade.

45. O regime de adiantamento

- (A) dispensa edição de lei específica disciplinadora.
- (B) por suprir casos excepcionais, dispensa o prévio empenho.
- (C) pode beneficiar empreiteiros que necessitem recursos para insumos aplicados em obras públicas.
- (D) pode ser, também, beneficiar prestadores de serviços públicos.
- (E) atende despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação.

46. Ao final de 2006, o Balanço Orçamentário apresentou os seguintes números monetários (em R\$)

Créditos Orçamentários	10.000
Créditos Suplementares amparados em Superávit Financeiro	1.000
Créditos Especiais amparados na anulação de dotação	500

À vista disso, no encerramento de 2006, a despesa fixada representou a cifra, em R\$, de

- (A) 11.000
- (B) 10.000
- (C) 11.500
- (D) 9.000
- (E) 8.500

<p>47. No âmbito do fundo especial,</p> <p>(A) o gasto dispensa dotações aprovadas na lei orçamentária anual.</p> <p>(B) toda e qualquer receita pública pode financiar-lhe, desde que previsto na lei de criação.</p> <p>(C) um conjunto de receitas, que não a de impostos, financia atividades especiais da Administração.</p> <p>(D) ao fim do exercício, os saldos devem ser sempre recolhidos ao caixa único.</p> <p>(E) os recursos podem ser desviados para outras finalidades, desde que retornem à conta bancária específica.</p>	<p>51. Também chamado patrimônio financeiro, o resultado financeiro é um</p> <p>(A) Superávit de 100.</p> <p>(B) Superávit de 150.</p> <p>(C) Déficit de 200.</p> <p>(D) Déficit de 150.</p> <p>(E) Perfeito equilíbrio de caixa.</p>
<p>48. Do ponto de vista orçamentário, a compra de prédio usado é classificada tal qual</p> <p>(A) despesa corrente.</p> <p>(B) investimento.</p> <p>(C) transferência de capital.</p> <p>(D) inversão financeira.</p> <p>(E) fato independente da execução orçamentária.</p>	<p>52. O relatório resumido da execução orçamentária</p> <p>(A) alcança todos os entes da Federação, sendo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>(B) é produzido individualmente em cada Poder estatal, apresentando números que permitem a limitação de empenho e de movimentação financeira.</p> <p>(C) apresenta o comportamento de despesas e dívidas sujeitas a limites fiscais.</p> <p>(D) revela somente a despesa com pessoal ativo e inativo, bem assim os saldos de operações de crédito e Restos a Pagar.</p> <p>(E) abrange todos os Poderes, fornecendo dados que indicam a limitação de empenho e de movimentação financeira.</p>
<p>49. Inscrição da Dívida Ativa é:</p> <p>(A) variação ativa, independente da execução orçamentária.</p> <p>(B) variação ativa, resultante da execução orçamentária.</p> <p>(C) mutação patrimonial ativa.</p> <p>(D) fato do sistema compensado.</p> <p>(E) mutação patrimonial passiva.</p>	<p>53. O lançamento</p> <p>BANCOS a DÉBITOS DE TESOURARIA é consignado para registrar uma</p> <p>(A) receita extra-orçamentária.</p> <p>(B) receita orçamentária.</p> <p>(C) despesa orçamentária.</p> <p>(D) despesa extra-orçamentária.</p> <p>(E) despesa de capital.</p>
<p>Instruções: Considere as afirmações abaixo para responder as questões de números 50 a 52.</p> <p>AO FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, APUROU-SE OS SEGUINTE NÚMEROS MONETÁRIOS (em R\$)</p> <p>Receita Prevista..... 5.000</p> <p>Receita Realizada..... 5.200</p> <p>Despesa Fixada..... 5.150</p> <p>Despesa Empenhada 5.100</p> <p>Ativo Financeiro 1.000</p> <p>Passivo Financeiro 1.200</p> <p>Ativo Permanente 1.000</p> <p>Passivo Permanente..... 1.500</p>	<p>54. Dispensada do relatório de gestão fiscal, está a movimentação financeira de</p> <p>(A) empresas públicas que dependem de recursos do Caixa Central.</p> <p>(B) fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.</p> <p>(C) empresas estatais que do erário nunca recebem recursos para custeio.</p> <p>(D) fundos especiais.</p> <p>(E) toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista.</p>
<p>50. O resultado de execução orçamentária é um</p> <p>(A) Superávit de 50.</p> <p>(B) Superávit de 100.</p> <p>(C) Superávit de 150.</p> <p>(D) Déficit de 150.</p> <p>(E) Déficit de 200.</p>	<p>55. É função do controle interno:</p> <p>(A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.</p> <p>(B) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.</p> <p>(C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(D) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira e orçamentária.</p> <p>(E) apreciar, para fins de registro, a legalidade da concessão de aposentadorias e pensões.</p>

<p>56. Amparam créditos adicionais:</p> <p>(A) o excesso de arrecadação efetivamente realizado no ano anterior.</p> <p>(B) o superávit orçamentário do exercício anterior.</p> <p>(C) os recursos de operações de crédito por antecipação da receita – ARO.</p> <p>(D) o superávit econômico do exercício anterior.</p> <p>(E) os recursos que, em decorrência de emenda legislativa, fiquem sem despesas correspondentes.</p>	<p>61. Quando os trabalhos de auditoria externa, anteriores ao do novo período de contratação, tiverem sido executados por outros auditores ou outra empresa de auditoria, os saldos de abertura das demonstrações contábeis devem ser</p> <p>(A) avaliados a partir da data em que o trabalho de auditoria se inicia, por ser de responsabilidade do auditor anterior os saldos iniciais.</p> <p>(B) revistos pelos dois auditores no ato da nova contratação, porque ambos têm responsabilidade pelos saldos apresentados no final das demonstrações anteriores.</p> <p>(C) desconsiderados, porque são de responsabilidade do auditor que realizou a auditoria.</p> <p>(D) revisados pelo auditor contratado, sem considerar os trabalhos executados pelo auditor anterior, por poder conter vícios e erros.</p> <p>(E) examinados mediante a revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior, complementado pelos trabalhos adicionais, se necessário.</p>
<p>57. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,</p> <p>(A) o plano plurianual apresentará critérios para contingenciamento da despesa.</p> <p>(B) o plano plurianual conterá critérios de repasse a entidades públicas e privadas.</p> <p>(C) a despesa obrigatória continuada alcança somente a categoria econômica de capital.</p> <p>(D) a criação de nova despesa demanda estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro.</p> <p>(E) a receita corrente líquida abrange somente os dois últimos meses.</p>	<p>62. O auditor Independente, ao realizar o processo de auditoria, não constata um empréstimo feito à empresa controlada pela esposa do diretor financeiro, o qual representava 10% do faturamento da empresa. Após o término da auditoria, o diretor financeiro foi desligado da companhia e o empréstimo foi perdoado pela empresa, não sofrendo pagamento. Pode-se afirmar que referido risco no processo de auditoria é denominado de risco de</p> <p>(A) avaliação.</p> <p>(B) auditoria.</p> <p>(C) contabilidade.</p> <p>(D) inspeção.</p> <p>(E) planejamento.</p>
<p>58. Qual demonstrativo congrega receitas e despesas orçamentárias, mutações patrimoniais, bem assim contas independentes da execução orçamentárias?</p> <p>(A) Demonstração das Variações Patrimoniais.</p> <p>(B) Balanço Orçamentário.</p> <p>(C) Balanço Financeiro.</p> <p>(D) Balanço Patrimonial.</p> <p>(E) Balanço Compensado.</p>	<p>63. O auditor, ao realizar seus testes, procedeu à confrontação física dos estoques com os relatórios contábeis, solicitou junto aos advogados da empresa a identificação das contingências trabalhistas e qual o valor das causas. Pediu ainda para o fornecedor Tolerância S.A. confirmar o saldo que ele tinha a receber da empresa naquela data. Os testes aplicados objetivam concluir, respectivamente, quanto a</p> <p>(A) ocorrência / existência/ mensuração.</p> <p>(B) mensuração / abrangência / abrangência.</p> <p>(C) direitos e obrigações / ocorrência / existência.</p> <p>(D) existência / direitos e obrigações / existência.</p> <p>(E) ocorrência / ocorrência / direitos e obrigações.</p>
<p>59. Para a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa de pessoal</p> <p>(A) baseia-se somente no percentual do mês anterior, o qual figura no balanço orçamentário.</p> <p>(B) envolve somatório de doze meses, comparecendo seu percentual no relatório resumido da execução orçamentária.</p> <p>(C) envolve somatório de doze meses, comparecendo seu percentual no relatório de gestão fiscal.</p> <p>(D) tem um limite prudencial, correspondente a 90% do teto.</p> <p>(E) é apurada e controlada somente pelo Poder Executivo, uma vez que só a este compete arrecadar a receita governamental.</p>	<p>64. Com relação aos papéis de trabalho, pode-se afirmar que</p> <p>(A) devem ter grau de detalhe e abrangência que sejam suficientes para o entendimento e suporte da auditoria executada.</p> <p>(B) somente podem ser considerados como papéis de trabalho da auditoria externa aqueles elaborados pelo seu quadro de funcionários.</p> <p>(C) não servem como prova judicial, uma vez que nem sempre são baseados em documentos legais.</p> <p>(D) só possuem valor quando registrados em cartório e reconhecidos como legítimos.</p> <p>(E) sempre devem ser apresentados como papéis impressos, para que sejam reconhecidos como prova.</p>
<p>60. Segundo sua natureza, a despesa pública classifica-se em:</p> <p>(A) órgão de orçamento, função, categoria econômica.</p> <p>(B) função, subfunção, programa, atividade ou projeto.</p> <p>(C) órgão de orçamento, unidade de orçamento, unidade de despesa.</p> <p>(D) função, subfunção, categoria econômica.</p> <p>(E) categoria econômica, grupo de natureza, elemento de despesa.</p>	

<p>65. Ao executar os procedimentos de revisão analítica, o auditor não obtém informações suficientes para formar sua opinião. Assim deve o auditor</p> <p>(A) ressaltar seu parecer, evidenciando que os testes não possibilitam certificar as demonstrações contábeis.</p> <p>(B) limitar seu escopo de trabalho, excluindo a área em que não obteve resultados positivos.</p> <p>(C) solicitar que a empresa confirme os saldos apresentados, validando os números para o auditor.</p> <p>(D) aceitar os resultados obtidos, uma vez que os procedimentos de auditoria foram aplicados, isentando-o de responsabilidades.</p> <p>(E) efetuar verificações adicionais, mediante novos procedimentos de auditoria até concluir satisfatoriamente.</p>	<p>68. A empresa Varejão S.A. tem perdido anualmente R\$ 60.000,00 em furtos realizados em sua loja. Para reduzir as perdas para R\$ 10.000,00 anuais, ela contratou empresa de segurança por R\$ 6.000,00 por mês. Esta empresa passou a efetuar a conferência dos produtos físicos, a serem levados pelos clientes, com as notas fiscais. Ao avaliar o procedimento da contratação da empresa de segurança, deve o auditor considerar</p> <p>(A) o custo em relação ao benefício.</p> <p>(B) os registros contábeis.</p> <p>(C) a eficiência da contagem física.</p> <p>(D) a segregação de funções.</p> <p>(E) a segurança da empresa.</p>
<p>66. Em relação às diferenças entre as funções da auditoria externa e a auditoria interna, considere:</p> <p>I. Os auditores independentes têm a função de ao constatarem irregularidades ou deficiências nos controles internos da empresa auditada, imediatamente propor e implantar procedimento alternativo que garanta o processo.</p> <p>II. A auditoria externa não está subordinada a diretoria e a presidência da empresa e a auditoria interna possui subordinação.</p> <p>III. Todo auditor externo pode realizar trabalhos em qualquer empresa de capital aberto, desde que mantenha relação de parentesco até segundo grau.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>69. O auditor externo, antes de emitir seu parecer, constata que a empresa perdeu seu maior cliente, o que evidencia a sua descontinuidade. Nesse caso, deve o auditor</p> <p>(A) emitir parecer com ressalva, demonstrando os efeitos que teriam na demonstração, caso efetive a descontinuidade.</p> <p>(B) emitir parecer com ressalva, mantendo as demonstrações contábeis.</p> <p>(C) não emitir parecer com abstenção de opinião, mantendo as demonstrações contábeis.</p> <p>(D) emitir parecer adverso, solicitando a retificação das demonstrações contábeis, reconhecendo os Ativos pelo valor de realização.</p> <p>(E) não emitir parecer, por não haver tempo hábil para refazer os trabalhos e, assim, apresentar as demonstrações contábeis de forma adequada.</p>
<p>67. As estimativas contábeis são utilizadas na definição do volume das provisões a serem constituídas, dessa forma pode-se afirmar que são de responsabilidade</p> <p>(A) do auditor, tendo os advogados que ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade na determinação dos valores.</p> <p>(B) da administração, tendo os advogados que ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade na determinação dos valores, informando os auditores.</p> <p>(C) da administração, tendo o auditor que ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade na determinação dos valores.</p> <p>(D) do auditor, tendo a empresa que ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade na determinação dos valores.</p> <p>(E) dos advogados ou assessores jurídicos, tendo a empresa que ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade na determinação dos valores.</p>	<p>70. Ao proceder ao registro da Reavaliação de Ativos, o Contador da Empresa apurou a diferença entre os valores de mercado e os valores contábeis, registrando a diferença a Débito de sub-conta de Investimentos e a Crédito de Reserva de Reavaliação. Nesse caso, pode-se afirmar que a conta</p> <p>(A) Reserva de Reavaliação está Sub-avaliada.</p> <p>(B) Investimentos-Reavaliação está Superavaliada.</p> <p>(C) Imposto de Renda Diferido está Sub-avaliada.</p> <p>(D) de Lucros e Prejuízos Acumulados está Sub-avaliada.</p> <p>(E) Investimentos-Reavaliação está Sub-avaliada.</p>